

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.427.828 - SC (2019/0006538-0)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : MARIA SALETE WOSNIAK
ADVOGADOS : VANESSA CRISTINA PASQUALINI - SC013695
MAURÍCIO PROBST - SC012779
KARLA DAYRANE XAVIER DA ROSA E OUTRO(S) - SC026860
AGRAVADO : BCS SEGUROS S/A
ADVOGADOS : MILTON LUIZ CLEVE KUSTER - SC017605
MATHEUS PINTO DE ALMEIDA - RJ172498
VANESSA DE ALMEIDA GRANADO E OUTRO(S) - SC037272
INTERES. : BANCO CRUZEIRO DO SUL S.A

DECISÃO

Cuida-se de agravo desafiando decisão do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, que inadmitiu recurso especial interposto com fundamento no art. 105, inciso III, "a" e "c" da CFRB, contra acórdão assim ementado:

"APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. PARCIAL PROCEDÊNCIA NA ORIGEM. RECURSO DA DEMANDANTE. 1. NECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA DOS CRITÉRIOS DE PROPORCIONALIDADE AO GRAU DE INVALIDEZ NA FIXAÇÃO DO QUANTUM DA INDENIZAÇÃO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. ENTENDIMENTO FIRMADO EM SEDE DE JULGAMENTO DE RECURSO REPETITIVO PELO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. 1.1. ACIDENTE DE TRÂNSITO OCORRIDO EM 22/7/2005. INCAPACIDADE PERMANENTE DEMONSTRADA POR LAUDO PERICIAL. LIMITAÇÃO UM DOS MEMBROS INFERIOR E SUPERIOR ESQUERDOS. PREVISÃO DE INDENIZAÇÃO, PELA TABELA ESTABELECIDNA NA RESOLUÇÃO N. 1/1975 DO CONSELHO NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS, NO PERCENTUAL DE 52,5% DO VALOR TOTAL DEFINIDO EM LEI, QUAL SEJA, QUARENTA SALÁRIOS MÍNIMOS. INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 3º DA LEI N. 6.194/1974, COM REDAÇÃO À ÉPOCA DO INFORTÚNIO. REPARAÇÃO DEVIDA À AUTORA NO MONTANTE DE R\$6.300,00 EM RAZÃO DA LESÃO SOFRIDA. SENTENÇA MANTIDA NO QUE TANGE AO VALOR COMPLEMENTAR DE R\$2.081,25. 2. HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS RECURSAIS DEVIDOS, NOS TERMOS DO ARTIGO 85, §§ 1º, 8º E 11, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. 3. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO." (fl. 517)

Opostos embargos de declaração, restaram rejeitados.

Nas razões do recurso especial, a parte agravante aponta ofensa ao art. 884, do Código Civil, afirmando isto: (I) "*O caso em tela, por sua vez, é merecedor de reforma quanto a forma de determinação da condenação da seguradora Ré, uma vez que, está se aplicando ao caso concreto tanto a Lei n. 6.194/74 (indenização de 40 salários mínimos) com o redutor da tabela administrativa da Lei n. 11.945/09, de forma a prejudicar o direito da parte recorrente*" (fl. 542); (II) necessidade de atualização monetária da verba indenizatória do seguro obrigatório DPVAT; (III) "(...) *diante da não concessão da atualização monetária, é devida a correção monetária do pagamento administrativo realizado ao segurado, já que defasado desde a data do evento danoso, nos termos do E. STJ na súmula 580*" (fl. 547); (IV) evidencia-se enriquecimento sem causa da empresa administradora do consórcio correlato

É o relatório. Decido.

Inicialmente, quanto à alegada negativa de vigência a Súmula 580 do STJ, registre-se, que, "a análise de ofensa à Súmula é inviável porque está à margem das hipóteses de cabimento do Recurso Especial, previstas no art. 105, III, da Constituição Federal" (AgRg no Ag 1.236.658/MG, Ministro HERMAN BENJAMIN, DJe de 2/3/2010). Esta Corte, sobre o tema, editou recentemente a Súmula n. 518, que preleciona: "Para fins do art. 105, III, a, da Constituição Federal, não é cabível recurso especial fundado em alegada violação de enunciado de súmula."

Verifica-se que a parte recorrente limita-se a apontar ofensa genérica às Leis 6.194/74 e 11.945/09, sem, contudo, particularizar quais dispositivos neles insertos teriam sido violados pelo aresto atacado. No ponto, ressalta-se que a jurisprudência desta Corte é pacífica no sentido de que a violação genérica de lei federal não enseja a abertura da via especial, aplicando-se, por analogia, o disposto na Súmula 284 do STF: "*É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia*".

Nesse sentido:

"AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. ATO ILÍCITO. INOCORRÊNCIA.

(...)

III - Argüida violação genérica à lei federal, sem particularizar os dispositivos violados, tem-se como deficiente a

fundamentação do recurso especial, inviabilizado na origem (Súmula 284/STF).

*IV - Agravo ao qual se nega provimento". (AgRg no Ag 534.657/RS, Relator o eminente Ministro **PAULO FURTADO**, DJe 24.03.2009)*

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. ALEGAÇÃO GENÉRICA DE VIOLAÇÃO A LEI FEDERAL. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE DO RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO SUMULAR N. 284 DO STF. APLICAÇÃO POR ANALOGIA. CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA. CURSO DE GRADUAÇÃO. LEI N. 9.394/96 (LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO) E PARECER N. 436/01 DO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DO MEC. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. *A admissibilidade do recurso especial exige a clara indicação dos dispositivos supostamente violados, bem como em que medida teria o acórdão recorrido afrontado cada um dos artigos atacados ou a eles dado interpretação divergente da adotada por outro tribunal, o que não se divisa na espécie. A deficiência na fundamentação do recurso, inviabilizando a exata compreensão da controvérsia, atrai, portanto, a Súmula n. 284 do STF.*

2. *Curso superior de tecnologia, segundo a Lei n. 9.394/96 e o Parecer n. 436/01 do Conselho Nacional de Educação do MEC, é considerado curso de graduação.*

3. *Agravo regimental não provido. (AgRg no REsp 1.098.042/RJ, Relator o eminente Ministro **MAURO CAMPBELL MARQUES**, DJe 16.04.2010)*

Quanto à alegada violação do art. 884, do Código Civil, verifica-se que o conteúdo normativo do dispositivo invocado no apelo nobre não foi apreciado pelo Tribunal *a quo*. Dessa forma, à falta do indispensável prequestionamento, incide, por analogia, o óbice das Súmulas 282 e 356 do STF.

Nesse sentido:

"AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PRESCRIÇÃO. PROCESSO CIVIL. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. NÃO REALIZAÇÃO DO COTEJO ANALÍTICO. RECURSO DESPROVIDO.

1. *Aplicam-se as Súmulas n. 282 e 356 do STF quando as questões suscitadas no recurso especial não tenham sido debatidas no acórdão recorrido nem, a respeito, tenham sido opostos embargos declaratórios.*

(...)

3. *Agravo regimental desprovido.*” (AgRg no AREsp 544.459/MT, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/11/2014, DJe de 25/11/2014)

O recurso também não merece prosperar em razão do descumprimento do disposto nos arts. 541, parágrafo único, do CPC e 255, § 2º, do RISTJ. Com efeito, para a caracterização da sugerida divergência jurisprudencial, não basta a simples transcrição de ementas. Devem ser mencionadas e expostas as circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, sob pena de não serem atendidos, como na hipótese, os requisitos previstos nos mencionados dispositivos. A propósito:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AFRONTA AO ART. 535, II, DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE OMISSÃO. TESES DEVIDAMENTE APRECIADAS PELA INSTÂNCIA DE ORIGEM. AÇÃO DE DESPEJO C/C COBRANÇA DE ALUGUERES E ACESSÓRIOS DA LOCAÇÃO. CERCEAMENTO DE DEFESA. REVISÃO DO JULGADO. REEXAME. FATO. PROVA. IMPOSSIBILIDADE. APLICAÇÃO DA SÚMULA 7/STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADA. AGRAVO IMPROVIDO. (...)

3. *O dissídio jurisprudencial não foi demonstrado, pois as partes agravantes não comprovaram as similitudes fáticas e divergências decisórias entre os casos confrontados.*

4. *Agravo regimental a que se nega provimento.*

(AgRg no AREsp 848.983/PR, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 03/05/2016, DJe 13/05/2016).

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, I, do RISTJ, não conheço do agravo em recurso especial.

Com supedâneo no art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários advocatícios devidos à parte recorrida de R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais) para R\$ 1.980,00 (um mil novecentos e oitenta reais), ressalvados os efeitos da concessão do benefício da assistência judiciária gratuita.

Publique-se.

Brasília, 08 de fevereiro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO

Relator

